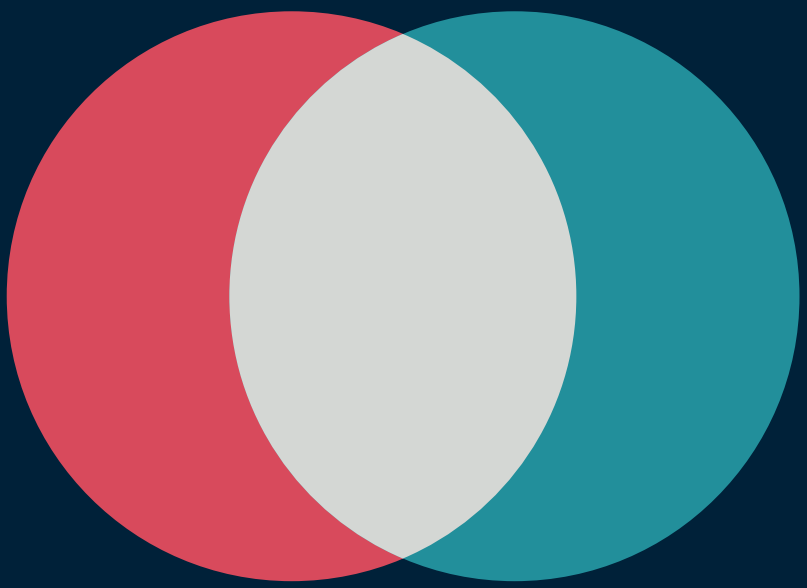
IDEAS LLYC

EXPLORE. INSPIRE.



ARTÍGO

DESAFIOS E PRIORIDADES DO NOVO GOVERNO DE ESPANHA

Madrid, janeiro de 2020

LLORENTE Y CUENCA

INTRODUÇÃO

No dia 5 de março de 2019, o Diário Oficial do Estado espanhol publicou o Real Decreto de dissolução das Cortes Gerais. A principal razão para a convocação de eleições (ano e meio antes do término da legislatura) prendeu-se com a impossibilidade de o Executivo do Partido Socialista Obrero Español (PSOE) avançar com o Projeto de Orçamento Geral do Estado pelo facto de o ERC (Esquerda Republicana da Catalunha) não ter dado o seu voto favorável às contas públicas. Desde aquele dia e até à tomada de posse de Pedro Sánchez como presidente do Governo no dia 7 de janeiro, passaram mais de 10 meses, duas eleições gerais e outras eleições municipais, autonómicas e europeias e, acima de tudo, verificou-se uma reconfiguração do mapa institucional espanhol. Esta reconfiguração teve como resultado um cenário político muito diferente daquele a que o país se habituou a conhecer desde a aprovação da Constituição espanhola em 1978. O novo Congresso conta com mais formações políticas do que nunca (19), o que dá uma imagem clara da fragmentação política decorrente da desilusão da sociedade não apenas com os partidos tradicionais (como aconteceu no ciclo político de 2010 a 2016 no qual surgiram o Podemos e o Ciudadanos), mas também com as alternativas mais recentes.

O PSOE venceu as eleições gerais que tiveram lugar no dia 28 de abril de 2019, tendo obtido 123 assentos parlamentares e 57 deputados de diferença em relação ao Partido Popular (PP), segundo partido mais votado. Naquela ocasião, o Ciudadanos obteve 57 representantes no Congresso dos Deputados e ficou a pouco mais de 200 000 votos de alcançar a segunda posição e, portanto, de liderar o centro-direita do país. O Podemos obteve 42 deputados e, pela primeira vez desde 1979, a extrema-direita conseguiu

“O novo Congresso conta com mais formações políticas do que nunca, o que dá uma imagem clara da fragmentação política decorrente da desilusão da sociedade”

RESULTADOS DAS VOTAÇÕES NO CONGRESSO

167
in favour

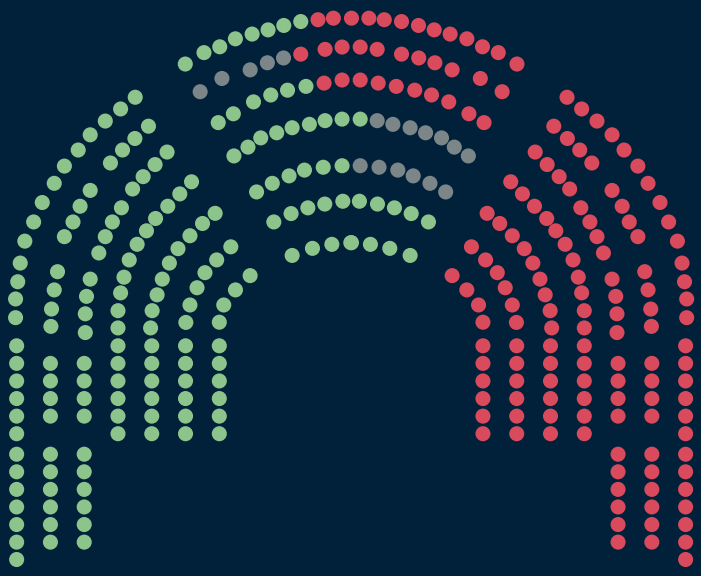
120 PSOE
35 UP
6 PNV
2 Más País
1 Compromís
1 BNG
1 Teruel Existe
1 Nueva Canarias

165
contra

88 PP
52 VOX
10 C's
8 JxCat
2 N+
2 CUP
1 PRC
1 CC
1 Foro

18
abstenções

13 ERC
5 Bildu



representação no Parlamento, graças aos 24 deputados obtidos pelo VOX.

Desde a promulgação dos resultados, tornou-se muito claro que o bipartidarismo que imperava desde 1978 tinha sido substituído pelo «bibloquismo» parlamentar (dois blocos ideológicos: um de esquerda, outro de direita) e pela consequência prática do mesmo: o bloqueio político. Pedro Sánchez, na qualidade de líder da primeira força política do país, assumiu o desafio de tentar formar Governo e procurou sempre alcançar um acordo no bloco esquerdo do hemiciclo, tendo o Podemos como principal parceiro ao mesmo tempo que se empenhava em encontrar apoios adicionais na bancada dos grupos nacionais e independentistas. É preciso recordar que Sánchez não ponderou, em nenhum momento, a possibilidade de chegar a um acordo com o Ciudadanos (a soma dos dois partidos permitiria uma robusta maioria absoluta) e que Albert Rivera também nunca deu nenhuma indicação de que tal era possível. O acordo com o Podemos acabou por não ser possível e a repetição das eleições tornou-se inevitável, não tanto devido a divergências políticas, mas sobretudo pela teimosia do Podemos em querer entrar no Governo e de Sánchez em evitar esse cenário.

As novas eleições celebraram-se a 10 de novembro de 2019. Estas eleições tiveram lugar depois de os espanhóis terem sido chamados às urnas para eleger os seus representantes no Parlamento Europeu, nas autarquias e na maioria das assembleias legislativas autonómicas. Além disso, ocorreram depois de conhecida a sentença do Procés, que condenou por sedição e outros crimes Oriol Junqueras e os restantes líderes independentistas que não fugiram do país.

O resultado do novo ato eleitoral não teve efeitos significativos no equilíbrio de forças dos blocos, mas produziu algumas diferenças em relação às eleições anteriores. O PSOE e o Unidas Podemos (a coligação eleitoral liderada pelo Podemos) perderam, em conjunto, dez assentos parlamentares (três o PSOE e sete o Podemos) de uma eleição para a outra. O PP alcançou mais 23 deputados e o VOX obteve mais do dobro dos representantes, tendo passado de 24 para 52 assentos parlamentares. O grande prejudicado foi o Ciudadanos, que perdeu 47 lugares no Parlamento. Albert Rivera demitiu-se de imediato, assumindo pessoalmente o fracasso eleitoral.

Os resultados de abril e de novembro foram parecidos, mas a atitude dos principais partidos de esquerda aquando da leitura dos mesmos foi completamente diferente. De facto, pouco mais de 24 horas depois do fecho das urnas, Pedro Sánchez e Pablo Iglesias (líder do Podemos) celebraram um «Pré-acordo para formar um governo de coligação», que contava inicialmente com o apoio dos 155 representantes de ambos os partidos no Congresso. Ao longo das semanas seguintes, estes partidos foram granjeando o apoio dos partidos regionalistas e nacionalistas, tendo a tomada de posse ficado dependente da decisão do partido independentista de esquerda Esquerra Republicana de Catalunya (ERC, Esquerda Republicana da Catalunha).

“Desde a promulgação dos resultados, tornou-se muito claro que o bipartidarismo que imperava desde 1978 tinha sido substituído pelo ‘bibloquismo’ parlamentar”

A negociação entre o PSOE e o ERC começou por atrasar a realização do debate inaugural de governo, que acabou por ser convocada para os dias 4 e 5 de janeiro de 2020, uma vez que as duas formações políticas acordaram a criação de uma mesa de diálogo entre o Governo de Espanha e o Governo Autonómico da Catalunha sobre o conflito político na Catalunha

e comprometeram-se a convocar os cidadãos catalães para uma consulta sobre os resultados das negociações.

O debate inaugural de governo foi realizado num clima de forte crispação entre os dois blocos do hemiciclo: o que apoiava e o que não apoiava Sánchez. A tensão foi crescente e a maioria dos intervenientes mostrou a profunda divisão existente, não tendo nenhum dos partidos dado sinais de pretender ocupar o espaço ao centro da política espanhola. O resultado obtido por Sánchez no dia 5 de janeiro não foi suficiente para alcançar a maioria absoluta necessária para a tomada de posse do Governo, mas, 48 horas depois, numa segunda votação, conseguiu conquistar a confiança da Câmara com o resultado de 167 votos a favor, 165 contra e 18 abstenções (oito partidos políticos votaram a favor, nove contra e dois abstiveram-se).
In the days leading up to his investiture, the two coalition allies reached an agreement to determine the number of cabinet positions each would hold, as well as a manual of procedures for government activity, titled "Protocol of functioning, coordination, development and monitoring for the progressive government agreement." This will provide guidelines for the new coalition government.

Nos dias que se seguiram à tomada de posse do Governo, foi concluída a negociação entre os dois parceiros da coligação para determinar o número de pastas que seriam ocupadas por cada formação política, as competências concretas atribuídas aos diferentes ministérios, bem como um manual de procedimentos da atividade governamental, intitulado «Protocolo de funcionamento, coordenação, desenvolvimento e acompanhamento do acordo de governo progressista», que servirá de guia para a gestão das iniciativas políticas do Governo.

DESAFIOS DO EXECUTIVO

O Governo de Pedro Sánchez encontra-se perante um cenário nacional e internacional complexo com o qual as diferentes iniciativas políticas do Executivo terão de lidar.

O presidente do Governo definiu as principais «transformações» que pretende levar a cabo:

- «Em primeiro lugar, devemos solidificar a nossa economia, adaptando-a à revolução científica e tecnológica para gerar emprego de qualidade.

- Em segundo lugar, devemos criar condições para a coesão territorial do nosso país com base no entendimento e no equilíbrio territorial.

- Em terceiro lugar, temos de promover a justiça social e ajudar os nossos compatriotas dotados de menos recursos.

- Em quarto lugar, devemos enfrentar a emergência climática e levar a cabo a transição ecológica mais adequada para a nossa economia.

- E, por último, mas não como última prioridade, devemos alcançar uma igualdade plena e real da mulher e de todas as pessoas que continuam, ainda hoje, a sofrer algum tipo de discriminação nas suas vidas.»

Os fatores mais importantes dos próximos meses serão, entre outros, os seguintes:

Desafíos Económicos

A política é mais fácil de desenvolver no papel do que na realidade. Os cenários reais que o Governo de Pedro Sánchez tem de enfrentar no plano económico não são, em muitos casos, compatíveis com algumas das medidas anunciadas nas últimas semanas. O limitado crescimento económico, as consequências do Brexit, as tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China ou as consequências económicas da escalada de tensão entre o Governo de Trump e o Irão são algumas das incógnitas que ameaçam as finanças do país e a capacidade do Governo para gerir uma economia que, a acrescer a tudo isto, tem de ser transformada rapidamente para que o Executivo possa cumprir os compromissos ambiciosos que se propôs alcançar no âmbito da luta contra as alterações climáticas. **Cenário**

“Os cenários reais que o Governo de Sánchez tem de enfrentar no plano económico não são, em muitos casos, compatíveis com algumas das medidas anunciadas”

Cenário de desaceleração económica

A maioria dos analistas económicos espanhóis (bem como dos organismos internacionais) tem vindo a alertar para um cenário de crescimentos económicos modestos que, sem chegar à recessão, indiciam tempos de dúvidas nas principais economias mundiais e, sobretudo, nas habitualmente mais expansivas do continente europeu. A zona euro, por exemplo, cresceu apenas duas décimas no terceiro trimestre de 2019 (1,2 % interanual). Este cenário económico dificulta a tomada das medidas explicitadas pelo Governo de coligação durante o debate inaugural de governo, uma vez que são necessários crescimentos mais sólidos que assegurem uma maior capacidade de arrecadação fiscal.

Iniciativas políticas de aumento das despesas e diminuição das receitas

Segundo alguns especialistas, as iniciativas anunciadas no documento «Coligação progressista. Um novo acordo para Espanha», acordado entre o PSOE e o Unidas Podemos, implicam uma despesa pública adicional de cerca de 30 000 a 35 000 milhões de euros, ao passo que as subidas de impostos anunciadas, combinadas com o cenário de menor

crescimento económico, não indiciam uma capacidade suficiente para assumir o referido aumento. Assim, esta situação pode dificultar a efetivação das medidas anunciadas, o que é sempre difícil de assumir por qualquer Governo, mas muito mais por um Executivo composto por sensibilidades tão diferentes como este.

Compromissos europeus incompatíveis com a expansão da despesa

No final do mês de novembro, a Comissão Europeia advertiu a Espanha de que as suas previsões económicas indicavam «um desvio significativo do caminho de ajustamento exigido para alcançar o objetivo orçamental a médio prazo e o incumprimento do valor de referência transitório para a redução da dívida em 2019». Este aviso, que antecedeu os acordos de Governo, põe em causa a capacidade de o Executivo realizar o anunciado nas Cortes e, ao mesmo tempo, de ser capaz de cumprir os compromissos de redução do défice público assumidos com as instituições europeias.

A necessidade de aprovar imediatamente um novo Orçamento

As contas públicas em vigor em Espanha foram elaboradas em 2018 pelo último Governo de Mariano Rajoy e prorrogadas por duas vezes pelo Executivo de Pedro Sánchez. A incapacidade de Pedro Sánchez para aprovar um orçamento em 2019 teve como consequência a convocatória de duas eleições no mesmo ano. A impossibilidade de ter um orçamento próprio foi precisamente uma das razões apontadas pelos socialistas para justificar a dificuldade de desenvolver o seu programa de reformas políticas e sociais. Por isso, a aprovação de um «teto de despesa», em primeiro lugar, e de um orçamento, mais tarde, são decisões inadiáveis para o novo Governo.

A configuração concreta das rubricas orçamentais e a capacidade do PSOE e do Unidas Podemos para encontrar os parceiros necessários para a respetiva aprovação serão o primeiro sintoma real da saúde do pacto de governação, bem como da capacidade de sobrevivência da legislatura.

No debate do Orçamento para 2020, estaremos diante da primeira interseção entre a política e a economia, uma vez que tudo parece indicar que a decisão final sobre o orçamento caberá ao ERC e, como referiu Gabriel Rufián, porta-voz deste partido, durante o debate inaugural de governo, «se não nos sentarmos à mesa [de diálogo entre o Governo Central e a Catalunha], não haverá legislatura», tendo acrescentado: «o ERC já o fez no passado, só é preciso ter memória. E pode voltar a fazê-lo.»

A economia verde, eixo de uma nova legislatura

As políticas de luta contra as alterações climáticas e, sobretudo, as que visam a descarbonização da economia serão seguramente uma das principais apostas do novo Governo de Pedro Sánchez. A promoção de Teresa Ribera, que passou do Ministério para a Transição Ecológica para uma das vice-presidências que junta o desafio climático e o desafio demográfico é um sinal claro nesse sentido de um executivo que já demonstrou uma clara vontade de liderança com a organização em tempo recorde da COP 25 de dezembro passado.

O Projeto de Lei sobre as Alterações Climáticas, que já foi elaborado, pode ser uma das primeiras iniciativas legislativas da presente legislatura. Além disso, é preciso ter em atenção as novas figuras tributárias que se propagam no âmbito do meio ambiente.

Desafios Sociais

Pedro Sánchez e Pablo Iglesias delinearam um acordo de legislatura que contempla profundas reformas sociais, a maioria das quais exige enormes quantidades de recursos adicionais no sistema. Os efeitos que estas reformas podem ter na economia, a capacidade de converter o crescimento económico em emprego ou a sustentabilidade das pensões são alguns dos desafios que o Governo enfrenta na esfera das políticas sociais.

Desaceleração no emprego e nas reformas laborais

Em 2019, o desemprego diminuiu em 38 692 pessoas, um valor muito inferior ao de 2018, ano que terminou com 210 484 menos desempregados do que no ano anterior. Por

sua vez, a Segurança Social em 2019 não foi capaz de se aproximar sequer dos números de 2018, ano em que houve mais 564 000 pessoas em atividade (384 000 em 2019).

Estes dados, combinados com uma situação económica pouco favorável e com o anúncio de medidas laborais cujos efeitos no mercado de trabalho geram muitas dúvidas nos operadores económicos, não são o melhor ponto de partida para uma legislatura de mudança.

De facto, já no mês de junho, a agência de notação de crédito Moody's alertou para uma possível descida do rating soberano de Espanha caso se verificasse uma reversão da reforma laboral.

Por outro lado, o «Pré-acordo de formação de um governo de coligação» assinado pelo PSOE e pelo Unidas Podemos contemplava um aumento do salário mínimo para até 60 % do salário médio durante a legislatura, o que implicaria a existência de aumentos até ser alcançado o patamar de 1200 euros por mês. A forma de aumento do salário mínimo ao longo dos anos, bem como a capacidade de diálogo com os parceiros sociais marcarão, indubitavelmente, o trabalho da nova Ministra do Trabalho e da Economia Social.

A reforma das pensões

Um dos grandes desafios que o Executivo vai ter de enfrentar nos próximos meses é a reforma das pensões. Até ao momento, as medidas adotadas ou anunciadas pelo Governo visaram fundamentalmente assegurar a manutenção do poder de compra das pensões, mas não assegurar a respetiva sustentabilidade.

As tensões orçamentais decorrentes do aumento natural do número de pensionistas, bem como do valor das pensões, a dificuldade de retomar os trabalhos do Pacto de Toledo num Parlamento tão fragmentado e os diferendos que certamente existirão no seio do Governo (e da oposição) entre a necessidade de levar a cabo políticas com visão a longo prazo ou com visão eleitoral de curto prazo fazem que seja difícil encetar reformas de monta no âmbito das prestações públicas.

É um facto que Pedro Sánchez escolheu para gerir as pensões um ministro que se caracterizou por declarações favoráveis à contenção, mas não é claro que a posição inicial do ministro seja a que venha a ter vencimento num Conselho de Ministros tão diverso.

"O primeiro Governo de coligação desde o início da Transição democrática é um desafio político em si mesmo. [...]Tudo isto indica que a ação a desenvolver pelo Governo nesta legislatura não vai ser fácil"

Desafios políticos

O primeiro Governo de coligação desde o início da Transição democrática é um desafio político em si mesmo. A esta nova forma de gerir a política nacional acresce a fragmentação do Parlamento, a necessidade de encontrar aliados nas Cortes todas as semanas e para todas as iniciativas politicas, a tensão territorial ou a firmeza observada nas posições de todos os líderes políticos durante o debate inaugural de governo. Tudo isto indica que a ação a desenvolver pelo Governo nesta legislatura não vai ser fácil.

Governo de coligação ou coligação de Governos

Uma das principais dúvidas que subsistem é a de saber se o Governo funcionará como um verdadeiro Governo de coligação ou se, pelo contrário, assistiremos a algo parecido com uma coligação de Governos a comandar a política nacional.

Os líderes do PSOE e Unidas Podemos, bem como as restantes equipas de negociadores de cada uma das partes, esforçaram-se por transmitir uma imagem de sintonia. De facto, a

cumplicidade de Pablo Iglesias e Pedro Sánchez (e das respetivas bancadas) durante o debate inaugural de governo foi especialmente notória.

A incógnita será verificar como funciona o dia a dia do Governo e se o «Protocolo de funcionamento, coordenação, desenvolvimento e acompanhamento do acordo de governo progressista» acordado pelo PSOE e pelo Unidas Podemos é suficiente para gerir os obstáculos que vão surgindo na administração governamental e parlamentar.

Um Governo sem alternativa

Embora a maioria conseguida para a tomada de posse do governo seja mínima, não é provável que os votos contrários à nomeação se unam e constituam uma maioria alternativa numa moção de censura, como aconteceu em 2018, quando Sánchez alcançou a Presidência do Governo depois da moção apresentada contra Mariano Rajoy.

Assim, a possibilidade de este Governo se manter ao longo de todo o período da legislatura dependerá exclusivamente da própria vontade de Pedro Sánchez (o único que pode dissolver as Cortes antecipadamente e convocar novas eleições) ou de algum impedimento significativo do Executivo, tal como a impossibilidade de aprovar as contas públicas ou uma substancial derrota parlamentar que ponha em causa o acordo de governação e a relação entre os parceiros da coligação.

O cenário catalão: mesa de conversações e conflito

Tudo parece indicar que a Catalunha vai estar, mais do que nunca, no centro da discussão política durante esta legislatura. Não apenas pela importância e pelo impacto das consequências do Procés independentista no conjunto da política espanhola, mas também porque a posição do ERC é determinante para a vitalidade desta legislatura. Já o foi na tomada de posse do governo, já o foi no passado em votações importantes e continuará a sê-lo nos primeiros debates legislativos que forem levados ao Parlamento, sobretudo no debate sobre o Orçamento Geral do Estado.

O acordo alcançado pelo PSOE e pelo ERC centrou-se no reconhecimento por parte do Governo da existência de um conflito político na Catalunha, na criação de uma mesa de diálogo bilateral entre o Governo de Espanha e o Governo Autonómico da Catalunha para resolver o referido conflito e na celebração de uma consulta aos cidadãos catalães sobre o resultado das negociações. A mesa de diálogo marcará, pois, a legislatura, ou, pelo menos, o início desta, e a saúde do Governo e a tensão entre este e as forças da oposição dependerá da evolução deste diálogo.

Além disso, o acordo entre o PSOE e o ERC criou tensões na unidade dos partidos independentistas que formam o Governo catalão. Esta tensão, associada à situação judicial do presidente do Governo Autonómico, Quim Torra, pode agravar a volatilidade da já por si instável legislatura catalã.

Mais tensão territorial: o financiamento autonómico

Além da questão catalã, há outros focos de tensão de cariz territorial que também vão estar em plano de destaque na nova legislatura: as novas reivindicações do PNV (Partido Nacionalista Basco) de transferências de competências, no preciso momento em que está a começar a pré-campanha para as eleições bascas, as contestações dos pequenos partidos territoriais que apoiaram a tomada de posse do Governo de Sánchez e que instarão o Governo a mostrar que o voto desses pequenos partidos produz resultados...

Mas uma questão que vai afetar toda a política territorial é a renovação do modelo de financiamento. Esta mudança de modelo é uma reivindicação lógica da maioria dos executivos regionais, independentemente da sua cor política, uma vez que está em causa a capacidade de prestar os principais serviços públicos do país (saúde, educação e serviços sociais) que são competência dos governos autonómicos.

A negociação do novo modelo obrigará o Governo ao diálogo com todas as comunidades autónomas (à exceção do País Basco e de Navarra) e, depois, à procura de aliados no Congresso de Deputados e no Senado. Não vai ser fácil, mais é essencial conseguir um bom acordo que assegure o funcionamento institucional do país e dos serviços essenciais de que os cidadãos beneficiam.

THE NEW SPANISH GOVERNMENT

Find below the members of the new Government profiles, along with the main initiatives entrusted to their ministries, in accordance with the Coalition government signed by the PSOE and Podemos.

PRESIDENTE DO GOVERNO

Pedro Sánchez Pérez-Castejón

- Nascido em Madrid em 1972.
- Licenciado em Ciências Económicas e Empresariais. Mestre em Integração Económica e Monetária Europeia. Mestre em Política Económica da UE. Mestre em Liderança Pública. Doutorado em Economia e Empresa.
- Secretário-geral do PSOE.
- Deputado por Madrid.
- Ex-vereador da Câmara Municipal de Madrid.

CARMEN CALVO POYATO

Primeira Vice-presidente e Ministra da Presidência, das Relações com as Cortes e da Memória Democrática

PABLO IGLESIAS TURRIÓN

Segundo Vice-presidente e Ministro dos Direitos Sociais e da Agenda 2030

NADIA CALVIÑO SANTAMARÍA

Terceira Vice-presidente E Ministra dos Assuntos Económicos e da Transformação Digital

TERESA RIBERA RODRÍGUEZ

Quarta Vice-presidente E Ministra para a Transição Ecológica e para o Desafio Demográfico

ARANCHA GONZÁLEZ LAYA

Ministra dos Assuntos Exteriores, União Europeia e Cooperação

JUAN CARLOS CAMPO MORENO

Ministro da Justiça

MARGARITA ROBLES FERNÁNDEZ

Ministra da Defesa

MARÍA JESÚS MONTERO CUADRADO

Ministra das Finanças e Porta-voz do Governo

FERNANDO GRANDE-MARLASKA GÓMEZ

Ministro do Interior

JOSÉ LUIS ÁBALOS MECO

Ministro dos Transportes, da Mobilidade e Agenda Urbana

ISABEL CELAÁ DIÉGUEZ

Ministra da Educação e Formação Profissional

YOLANDA DÍAZ PÉREZ

Ministra do Trabalho e da Economia Social

REYES MAROTO ILLERA

Ministra da Indústria, do Comércio e do Turismo

LUIS PLANAS PUCHADES

Ministro da Agricultura, Pesca e Alimentação

CAROLINA DARIAS SAN SEBASTIÁN

Ministra de Política Territorial e Função Pública

JOSÉ MANUEL RODRÍGUEZ URIBES

Ministro da Cultura e do Desporto

SALVADOR ILLA ROCA

Ministro da Saúde

PEDRO DUQUE DUQUE

Ministro da Ciência e Inovação

IRENE MONTERO GIL

Ministra da Igualdade

ALBERTO GARZÓN ESPINOSA

Ministro do Consumo

JOSÉ LUIS ESCRIVÁ BELMONTE

Ministro da Inclusão, Segurança SOCIAL e Migrações

MANUEL CASTELLS OLIVÁN

Ministro Das Universidades

- [x] PSOE
- [ ] Unidas Podemos

PRIMEIRA VICE-PRESIDENTE E MINISTRA DA PRESIDÊNCIA, DAS RELAÇÕES COM AS CORTES E DA MEMÓRIA DEMOCRÁTICA

Carmen Calvo Poyato

- Nascida em Córdoba em 1957.
- Doutorada em Direito Constitucional.
- Deputada por Madrid.
- Ex-ministra da Cultura.
- Antiga primeira vice-presidente do Congresso dos Deputados.
- Ex-conselheira da Cultura da Junta de Andaluzia.

INICIATIVAS POLÍTICAS

- **Promoção das políticas de transparência e de boa governação.**
- Promoção das ações relacionadas com a memória democrática.
- **Aprovação de uma lei sobre a liberdade de consciência** que garanta a laicidade do Estado e a neutralidade face a todas as confissões religiosas.
- **Reforma do sistema eleitoral,** para eliminar o voto rogado. Abrir-se-á o debate sobre a possibilidade de conceder o voto aos cidadãos de 16 e 17 anos.

SEGUNDO VICE-PRESIDENTE E MINISTRO DOS DIREITOS SOCIAIS E DA AGENDA 2030

Pablo Iglesias Turrión

- Nascido em Madrid em 1978.
- Doutorado em Ciências Políticas.
- Deputado por Madrid.
- Secretário-geral do Podemos.
- Ex-eurodeputado.

INICIATIVAS POLÍTICAS

- **Coordenação e adaptação do conjunto de iniciativas políticas executivas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** no âmbito da Agenda 2030.
- Promoção de medidas do governo que aumentem ou assegurem os **direitos** dos cidadãos.
- Aprovação da **Lei para a Proteção Integral da Infância e da Adolescência.**

TERCEIRA VICE-PRESIDENTE E MINISTRA DOS ASSUNTOS ECONÓMICOS E DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Nadia Calviño Santamaría

- Nascida na Corunha em 1968.
- Licenciada em Economia e em Direito.
- Ex-diretora-geral de Concorrência da Comissão Europeia.
- Ex-diretora-geral de Orçamento Comunitário da Comissão Europeia.

INICIATIVAS POLÍTICAS

- Fomento da **I+D em áreas multidisciplinares prioritárias e de tecnologias** como a Economia Azul, a Medicina Personalizada ou a Inteligência Artificial.
- Elaboração de uma **Estratégia Espanhola de Inteligência Artificial.**
- Aprovação de um **Plano de Cibersegurança** e de um Fórum nacional de cibersegurança, para o desenvolvimento tecnológico e a investigação.
- **Fomento do papel da inovação na economia em geral.**
- **Aprovação de um plano para a implementação de infraestruturas digitais no setor industrial**

QUARTA VICE-PRESIDENTE E MINISTRA PARA A TRANSIÇÃO ECOLÓGICA E PARA O DESAFIO DEMOGRÁFICO

Teresa Ribera Rodríguez

- Nascida em Madrid em 1969.
- Licenciada em Direito e bacharelato em Direito Constitucional e Ciência Política no Centro de Estudos Constitucionais.
- Deputada por Madrid.
- Ex-secretária de Estado para as Alterações Climáticas.
- Ex-diretora-geral do Gabinete Espanhol para as Alterações Climáticas.

INICIATIVAS POLÍTICAS

- Desenvolvimento do **Quadro Estratégico de Energia e Clima**, que se apoia em três grandes pilares estratégicos: *aprovação da lei sobre as alterações climáticas e a transição energética, aprovação do plano nacional integrado de energia e clima e de uma estratégia de transição justa* para o novo modelo energético.
- **Aposta num modelo de economia circular** ambientalmente sustentável.
- **Regulação do autoconsumo partilhado**, simplificando as formalidades administrativas e técnicas para consumos próprios sem encargos.
- Aprovação de uma **reforma profunda dos benefícios sociais na fatura da eletricidade e criação de um benefício geral que inclua a bonificação na fatura do gás**, para abordar a vulnerabilidade energética
- **Criação de um Fundo de Compensação por Danos Ambientais.**
- **Ampliação da rede de espaços protegidos.**
- **Desconcentração institucional do Estado**, com o objetivo de transferir total ou parcialmente as sedes de várias instituições e de vários organismos para cidades distintas, para enfrentar o desafio demográfico.
-

MINISTRA DOS ASSUNTOS EXTERIORES, UNIÃO EUROPEIA E COOPERAÇÃO

Arancha González Laya

- Nascida em Tolosa (Navarra) em 1969.
- Licenciada em Direito e com pós-graduação em Direito Europeu.
- Ex-subsecretária-geral da ONU e diretora executiva do Centro de Comércio Internacional (ITC).
- Ex-chefe de gabinete do secretário-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC).

INICIATIVAS POLÍTICAS

- **Reforço da cooperação de Espanha para a formulação, elaboração e implementação de políticas públicas comunitárias.**
- Proposta de tornar África uma das prioridades na política externa da UE, apresentando iniciativas que favoreçam o desenvolvimento sustentável deste continente.
- Aprofundamento das relações entre a UE e os países da América Latina e das Caraíbas, nos planos económico, social, político e cultural.
- Estudo da possibilidade de suprimir o critério de unanimidade para a tomada de determinadas decisões na UE.
- **Aposta no multilateralismo e no desenvolvimento de países terceiros.**

MINISTRO DA JUSTIÇA

Juan Carlos Campo Moreno

- Nascido em Osuna (Sevilha) em 1961.
- Doutorado em Direito.
- Deputado por Cádiz.
- Ex-porta-voz de Justiça do Grupo Parlamentar Socialista.
- Magistrado em licença sem vencimento.

INICIATIVAS POLÍTICAS

- **Promoção de um Pacto de Estado para a Modernização da Administração da Justiça.**
- **Substituição do artigo 324 do Código de Processo Penal,** *eliminando o prazo máximo de instrução*, por ser uma limitação para a luta contra a corrupção.
- **Alteração da Lei Orgânica do Poder Judicial,** no que respeita à justiça universal.

MINISTRA DA DEFESA

Margarita Robles Fernández

- Nascida em Léon em 1957.
- Licenciada em Direito.
- Deputada por Ávila.
- Ex-porta-voz do Grupo Parlamentar Socialista.
- Ex-vogal do Conselho Geral do Poder Judicial (CJPJ).
- Ex-magistrada do Supremo Tribunal e da Audiência Nacional.

INICIATIVAS POLÍTICAS

- **Promoção de uma maior profissionalização do Exército e das Forças Armadas.**

MINISTRA DAS FINANÇAS E PORTA-VOZ DO GOVERNO

María Jesús Montero Cuadrado

- Nascida em Sevilha em 1966.
- Licenciada em Medicina.
- Deputada por Sevilha.
- Ex-conselheira das Finanças da Junta da Andaluzia.
- Ex-conselheira de Saúde da Junta da Andaluzia.

INICIATIVAS POLÍTICAS

- **Aposta no aumento da progressividade do sistema fiscal espanhol:**
  - » Reforma do imposto sobre as sociedades, garantindo uma *tributação mínima de 15 % das grandes corporações (18 % para entidades financeiras e empresas de hidrocarbonetos).*
  - » *Limitação das isenções sobre os dividendos / as mais-valias* das sociedades pela participação noutras sociedades, reduzindo-as 5 % nas despesas não dedutíveis no imposto.
  - » *Melhoria da fiscalidade das PME,* de modo a que as sociedades que faturem menos de um milhão de euros passem de uma taxa de imposto de 25 % para 23 %.
  - » Aumento de dois pontos das taxas de imposto do IRS sobre a base geral para os contribuintes que tenham rendimentos superiores a 130 000 euros, tal como de quatro pontos para os que excedam os 300 000 euros.
  - » A *taxa estatal sobre os rendimentos de capital* aumentará em quatro pontos percentuais para os referidos rendimentos superiores a 140 000 euros.
  - » Reforço da *fiscalidade das grandes fortunas.*
  - » Reformar o regime jurídico e fiscal das SOCIMIS [sociedades anónimas de investimento imobiliário cotadas], aplicando uma *taxa de imposto de 15 % sobre os lucros não distribuídos.*
  - » *Revisão do regime fiscal das cooperativas* e empresas.
  - »
- **Adaptação do atual sistema tributário à economia do século XXI**
  - Imposto sobre determinados serviços digitais (taxa Google)
  - » Imposto sobre transações financeiras (taxa Tobin)
  - » Aposta numa *fiscalidade verde.*
  - » *Diminuição da taxa de imposto de IVA dos serviços veterinários e dos produtos de higiene feminina.*
  - »
- **Luta contra a fraude fiscal.**
- **Cumprimento dos mecanismos de disciplina fiscal para garantir a sustentabilidade das contas públicas,** apoiando-se assim nos critérios de responsabilidade fiscal exigidos pela UE.
- Negociação e aprovação de um **novo sistema de financiamento das Comunidades Autónomas.**
- **Elaboração de mecanismos de avaliação das políticas públicas** e dos respetivos resultados, com o intuito de melhorar a eficiência da **despesa pública.**

MINISTRO DO INTERIOR

Fernando Grande-Marlaska Gómez

- Nascido em Bilbau em 1962.
- Licenciada em Direito Económico.
- Deputado por Cádiz.
- Ex-vogal do Conselho Geral do Poder Judicial (CJPJ).
- Ex-magistrado da Audiência Nacional.

INICIATIVAS POLÍTICAS

- **Priorização da proteção dos direitos individuais fundamentais dos cidadãos** face às medidas coercivas em matéria de segurança.
  - » Aprovação no médio prazo de uma nova lei de segurança dos cidadãos, que substitua a «lei mordaça».
- **Alargamento da nacionalidade espanhola a pessoas descendentes de progenitores espanhóis** nascidos no estrangeiro em qualquer momento.
- **Aprofundamento da equiparação salarial entre a polícia e a guarda civil.**

MINISTRO DOS TRANSPORTES, DA MOBILIDADE E AGENDA URBANA

José Luis Ábalos Meco

- Nascido em Torrent (Valência) em 1959.
- Licenciado em Ensino.
- Secretário de Organização do PSOE.
- Deputado por Valência.
- Ex-diretor de Cooperação Internacional do Governo Autonómico de Valência.
- Professor em licença sem vencimento.

INICIATIVAS POLÍTICAS

- **Aposta no desenvolvimento de uma política pública de transportes e mobilidade orientada para o desenvolvimento sustentável** e para a utilização eficiente dos diferentes meios de transporte no meio urbano.
  - » *Aprovação de uma Lei de Mobilidade Sustentável e de financiamento do transporte público,* dando especial ênfase à sustentabilidade económica das áreas metropolitanas das grandes cidades.
  - » Implementação de *um esquema de ajudas económicas para o veículo elétrico e de medidas* que promovam a instalação de pontos de recarga em zonas urbanas.
  - » Redação de um Programa de ação 2019-2022 para a *Melhoria da Eficiência e da Sustentabilidade da Cadeia Logística.*
  - » *Revisão do modelo de portagens da rede rodoviária* de elevada capacidade que visa a garantia da sustentabilidade e a utilização eficiente.
  - » Desenvolvimento de medidas que visem a promoção de *investimentos produtivos e sustentáveis nos portos.*
  - » Promoção do *Plano de proximidade 2019-2025* e de outras medidas de *apoio ao transporte intermodal.*

MINISTRA DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Isabel Celaá Diéguez

- Nascida em Bilbau em 1949.
- Licenciada em Filosofia e Letras, especialização em Filologia Inglesa e em Direito.
- Deputada por Álava.
- Ex-conselheira de Educação, Universidades e Investigação do Governo Basco.
- Ex-chefe de Gabinete do Conselheiro de Justiça, Economia e Trabalho do Governo Basco.
- Professora efetiva do ensino secundário de Inglês.

INICIATIVAS POLÍTICAS

- **Aprovação de uma nova lei da educação, que conte com o consenso da comunidade educativa e dos agentes sociais em geral.**
  - *Defesa da educação pública,* enquanto eixo vertebral do sistema educativo.
  - *Alinhamento da formação profissional com o resto do sistema,* reforçando a formação em valores e o desenvolvimento de capacidades transversais *(soft skills).*
  - *Promoção da coeducação em todo o sistema educativo,* impedindo a segregação educativa com base no sexo nos centros sustentados por fundos públicos.
  - *Aprovação das medidas necessárias* para que a *disciplina de religião não conte para fins académicos.*
  - *Universalização do acesso à Educação Pré-Escolar dos zero aos três anos* através da *rede pública em condições de igualdade* (será abordada no âmbito da conferência setorial competente).
  - *Reforço da educação afetivo-sexual* no sistema público, de acordo com uma perspetiva de direitos, de igualdade e de liberdade.
- **Desenvolvimento de uma estratégia de informatização da educação e da formação profissional.**
- **Aumento dos recursos públicos destinados à educação e a bolsas de estudo,** com o objetivo de fazer corresponder o investimento educativo em Espanha a 5 % do PIB no ano 2025.
- Aprovação de um**a estratégia de formação e alfabetização** digital que garanta a igualdade de oportunidades no acesso à informatização em todos os níveis do sistema educativo.

MINISTRA DO TRABALHO E DA ECONOMIA SOCIAL

Yolanda Díaz Pérez

- Nascida em Fene (A Corunha) em 1971.
- Licenciada em Direito. Mestre em Urbanismo, em Relações Laborais e em Recursos Humanos.
- Deputada por Pontevedra.
- Ex-coordenadora geral da Esquerra Unida-IU
- Ex-deputada do Parlamento da Galiza.
- Ex-vereadora da Câmara Municipal de Ferrol.

INICIATIVAS POLÍTICAS

- **Revogação de aspetos-chave da reforma de 2012**
- Aprovação de um **novo Estatuto dos Trabalhadores. Constituir-se-á** *um grupo de trabalho para a redação deste documento, integrado por peritos* **reconhecidos, do meio académico e profissional.**
- **Aumento progressivo do valor do salário mínimo interprofissional** até alcançar 60 % do salário médio em Espanha, tal como recomenda a Carta social europeia.
- **Simplificação do catálogo de contratos temporários** previstos na legislação laboral espanhola.

MINISTRA DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO

Reyes Maroto Illera

- Nascida em Medina do Campo (Valladolid) em 1973.
- Licenciada em Ciências Económicas. Mestre em Avaliação de Saúde e Acesso ao Mercado. Mestre em Economia e Finanças.
- Deputada por Madrid.
- Ex-deputada na Assembleia de Madrid. Ex-porta-voz na Comissão de Orçamento, Economia, Finanças e Emprego.
- Professora associada do Departamento de Economia da Universidade Carlos III.

INICIATIVAS POLÍTICAS

- **Reindustrialização da economia espanhola,** aumentando o peso em relação ao PIB.
- Elaboração de um **plano de modernização do comércio a retalho.**
- Conceção, em coordenação com as Comunidades Autónomas e com os agentes económicos, da **Estratégia de Turismo Sustentável 2030,** apostando num modelo que se baseie na sustentabilidade e na implementação da inteligência turística.
-

MINISTRO DA AGRICULTURA, PESCA E ALIMENTAÇÃO

Luis Planas Puchades

- Nascido em Valência em 1952.
- Licenciado em Direito.
- Inspetor do Trabalho e da Segurança Social (em licença sem vencimento).
- Deputado por Córdoba.
- Ex-conselheiro de Agricultura, Pesca e Alimentação da Junta de Andaluzia.
- Ex-embaixador Representante Permanente da Espanha na União Europeia.
- Ex-eurodeputado.

INICIATIVAS POLÍTICAS

- Promoção de uma **Política Agrícola Comum suficientemente aprovisionada**, para garantir a tripla sustentabilidade económica, social e ambiental das explorações agrícolas, pecuárias e florestais espanholas.
- Promoção da **compra pública de alimentos de proximidade e com critérios ecológicos** para fomentar a agricultura, enquanto pilar de desenvolvimento rural.
- **Promoção de uma pesca e de uma aquicultura sustentáveis**, baseadas no conhecimento, na inovação e na investigação científica.

MINISTRA DE POLÍTICA TERRITORIAL E FUNÇÃO PÚBLICA

Carolina Darias San Sebastián

- Nascida em Las Palmas da Grande Canária em 1965.
- Licenciada em Direito.
- Ex-conselheira de Economia, Conhecimento e Emprego do Governo das Canárias.
- Ex-presidente do Parlamento das Canárias.
- Ex-subdelegada do Governo em Las Palmas.
- Ex-delegada do Governo nas Canárias.

INICIATIVAS POLÍTICAS

- **Maior colaboração e coordenação institucional entre a Administração Geral do Estado e as Comunidades Autónomas,** promovendo a participação destas nos processos de tomada de decisão estatais.
  - » Reforço do papel da Conferência dos Presidentes e das Conferências Setoriais, tal como a criação de novos mecanismos de cooperação intergovernamental.
- **Promoção da via política através do diálogo,** da negociação e do acordo entre as partes que permita superar a situação atual do **chamado «conflito político catalão».**
  - » *Transferência para a Generalitat* (Governo da Catalunha) *das competências pendentes* já reconhecidas no Estatuto da Catalunha, em conformidade com os pareceres do Tribunal Constitucional.
- **Fortalecimento da participação das comunidades autónomas nas instituições comunitárias** da União Europeia.

MINISTRO DA CULTURA E DO DESPORTO

José Manuel Rodríguez Uribes

- Nascido em Valência em 1968.
- Doutorado em Direito.
- Secretário de Laicidade do PSOE.
- Ex-deputado na Assembleia de Madrid. Ex-porta-voz adjunto do Grupo Socialista.
- Ex-delegado do Governo de Madrid.
- Ex-diretor-geral de Apoio às Vítimas do Terrorismo.

INICIATIVAS POLÍTICAS

- **Promoção de um Pacto de Estado pela Cultura,** que proteja e promova a atividade cultural e que contribua para o desenvolvimento das indústrias culturais e da criatividade.
  - » Criação de um Departamento dos Direitos de Autor, para melhorar a gestão dos direitos de autor e que se encarregará de zelar pela proteção da propriedade intelectual.
  - » Desenvolvimento do Estatuto do Artista para melhorar as condições dos criadores e artistas nacionais.
- Definição de um modelo do desporto espanhol e promoção de uma **legislação do desporto e de um plano estratégico do desporto,** procurando a promoção de valores como a alimentação equilibrada, os hábitos saudáveis e a sustentabilidade.

MINISTRO DA SAÚDE

Salvador Illa Roca

- Nascido em La Roca del Vallés (Barcelona) em 1966.
- Licenciado em Filosofia. Mestre em Economia e Empresa.
- Secretário de Organização do PSC (Partido dos Socialistas da Catalunha).
- Ex-chefe de Gabinete do porta-voz do PSC na Câmara Municipal de Barcelona.
- Ex-diretor-geral de Gestão de Infraestruturas do departamento de Justiça do Governo Autonómico da Catalunha.

INICIATIVAS POLÍTICAS

- Defesa do nosso sistema público de saúde, apostando numa **saúde que se baseie na gestão pública direta**, diminuindo, assim, as possíveis tentativas de privatizações do sistema.
- **Aposta na informatização da saúde.**
- Orientação das políticas relativas à **indústria farmacêutica para a atenção à saúde da população**, dando prioridade à eficiência e à transparência na fixação de preços.
- Promoção de uma lei de direitos e garantias da dignidade da pessoa na fase final da vida, tal como da **Lei Orgânica de Regulamentação da Eutanásia** e respetiva inclusão na oferta comum de serviços do sistema nacional de saúde.
- Alteração da **Lei da Segurança Alimentar**, para a adequar às atuais exigências de proteção dos consumidores e de transparência na ação.

MINISTRO DA CIÊNCIA E INOVAÇÃO

Pedro Duque Duque

- Nascido em Madrid em 1963.
- Licenciado na Escola Técnica Superior de Engenheiros Aeronáuticos.
- Deputado por Alicante.
- Ex-astronauta da Agência Espacial Europeia e na missão do vaivém espacial Discovery.

INICIATIVAS POLÍTICAS

- **Aumento do investimento público em I+D+i civil,** acima do aumento do limite de despesas não financeiras do Estado.
- Reforço dos **processos de contratação de pessoal para os centros de investigação públicos** nos concursos para a contratação de médicos e investigadores e aumento das bolsas pré-doutoramento e dos contratos pós-doutoramento.
  - » Aprovação do *Estatuto do Pessoal Docente Investigador* (associado à nova Lei das Universidades), com um modelo profissional, transparente e baseado no mérito e na capacidade.
- Atribuição de maiores competências ao **Centro para o Desenvolvimento Tecnológico Industrial, que se configurará como o principal agente dinamizador da inovação em Espanha.**

MINISTRA DA IGUALDADE

Irene Montero Gil

- Nascida em Madrid em 1988.
- Licenciada em Psicologia. Mestre em Psicologia da Educação.
- Deputada por Madrid.
- Ex-porta-voz do Grupo Parlamentar Confederal do Unidos Podemos – En Comú Podem – Galicia en Común no Congresso dos Deputados.

INICIATIVAS POLÍTICAS

- **Aprovação de um pacote de medidas a favor da igualdade de tratamento, da não discriminação** e da valorização positiva da diversidade.
  - » *Aprovação de uma lei integral para a igualdade de tratamento e para a não discriminação.*
  - » *Aprovação de uma Lei contra a Discriminação de Pessoas LGBT.*
- Incorporação do **critério de igualdade nos processos de tomada de decisões públicas** (formulação, elaboração e aprovação do conjunto das políticas públicas), tal como dos *procedimentos para a contratação pública e para as ofertas de emprego público.*

MINISTRO DO CONSUMO

Alberto Garzón Espinosa

- D •Nascido em Logroño em 1985.
- Licenciado em Economia. Mestre em Economia Internacional e Desenvolvimento.
- Deputado por Málaga.
- Coordenador federal do Izquierda Unida.
- Membro do Conselho Científico da ATTAC Espanha (Associação pela Tributação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos).

INICIATIVAS POLÍTICAS

- Aprovação **de uma regulação urgente dos jogos de azar para prevenir e travar a dependência do jogo.**
- **Fomentar o papel da Comissão de Cooperação de Consumo** no âmbito da Conferência setorial para melhorar a cooperação, a comunicação e a informação entre a Administração Geral do Estado e a das Comunidades Autónomas.
  - » *Melhoria dos mecanismos de resolução extrajudicial de conflitos.*

MINISTRO DA INCLUSÃO, SEGURANÇA SOCIAL E MIGRAÇÕES

José Luis Escrivá Belmonte

- Nascido em Albacete em 1960.
- Licenciado em Ciências Económicas. Com pós-graduação em Análise Económica e Econometria.
- Ex-presidente da Autoridade Independente de Responsabilidade Fiscal (Airef).
- Ex-economista-chefe e diretor do Serviço de Estudos do BBVA.
- Ex-chefe da Divisão de Política Monetária do BCE.

INICIATIVAS POLÍTICAS

- Apresentação de **uma proposta de reforma do Sistema de Pensões, no quadro do diálogo social, e do Pacto de Toledo**, de modo a garantir a sua sustentabilidade a médio e longo prazo.
  - *Supressão do Fator de Sustentabilidade e do Índice de Revalorização de Pensões da Segurança social previstos na Lei 23/2013, assegurando sempre a sustentabilidade do sistema a médio e longo prazo.*
- Espanha promoverá a implementação do Pacto Global para as Migrações (Acordos de Marraquexe) e do Pacto Mundial sobre os Refugiados da ONU.
- Elaborar-se-á uma nova **Lei do Direito de Asilo**, que se adapte aos novos desafios da mobilidade global e que tenha em conta as novas realidades sociais.

MINISTRO DAS UNIVERSIDADES

Manuel Castells Oliván

- Nascido em Albacete em 1942.
- Licenciado em Direito. Doutor em Sociologia. Doutor em Letras e Ciências Humanas. Mestre em Sociologia.
- Catedrático e ex-diretor do Centro de Estudos Europeus da Universidade da Califórnia (Berkeley).
- Ex-professor em universidades como Oxford, Cambridge, Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT), entre outras.
- Ex-diretor do Internet Interdisciplinary Institut da Universitadade Aberta da Catalunha (UOC).

INICIATIVAS POLÍTICAS

- **Simplificação dos procedimentos de acreditação de novos títulos académicos,** respeitando a autonomia universitária e as competências autónomas na matéria.
- Implementação de um **Pacto pela Universidade** com o máximo consenso entre agentes políticos e sociais, que terá financiamento suficiente e que terá como objetivo melhorar a qualidade do sistema formativo universitário.

AUTORES

Joan Navarro. Sócio e Vice-Presidente de Assuntos Públicos da LLYC. Dirige a área de Assuntos Públicos desde abril de 2010 e é sócio da empresa desde 2012. Durante esses anos conseguiu criar o principal departamento de Assuntos Públicos do mercado español. Foi diretor e porta-voz da Associacão de Criadores e Indústrias de Conteúdos Audiovisuais e ocupou diversos cargos na Administração Pública espanhola, entre eles, Diretor de Relações Institucionais da Sociedade Estatal Aguas das Bacias Mediterrânicas (2006-2008) e Diretor do Gabinete do Ministro das Administrações Públicas (2004-2006).

José Luis Ayllón. Diretor Sénior de Contexto Político na LLYC. Licenciado em Direito pela Universidade de Barcelona. Especialista em tramitação parlamentar, estratégia e comunicação política.No setor privado, trabalhou em empresas como a La Caixa e a Arthur Andersen, Asesores Legales y Tributarios (Consultores Legais e Tributários), entre outras. Depois, passou para a atividade política. Foi deputado em várias legislaturas, de 2001 a 2018. Desempenhou este cargo em paralelo com outras responsabilidades no Partido Popular e no Governo de Espanha. No PP, foi Secretário da Comunicação (2004-08) e Secretário-Geral do Grupo Parlamentar Popular (2008-11). Finalmente, no Governo de Espanha, foi Secretário de Estado das Relações com as Cortes (2011-2018) e Diretor de Gabinete da Presidência do Governo (2018). Trabalha como professor em vários centros de estudo e escolas de negócios e colabora como analista nalguns meios de comunicação.

Cristóbal Herrera. Diretor de Inteligência em Assuntos Públicos LLYC. A Empresa tem desenvolvido projectos de Relações Públicas e de lobbying em diferentes setores, principalmente, financeiro, tecnológico e energético. Os seus clientes incluem a Gas Natural Fenosa, Phillip Morris, AEVI, Sedigas, FIAB e BBVA, entre outros.

DIREÇÃO CORPORATIVA

José Antonio Llorente
Sócio fundador e Presidente
jallorente@llorenteycuenca.com

Alejandro Romero
Sócio e CEO Américas
aromero@llorenteycuenca.com

Enrique González
Sócio e CFO
egonzalez@llorenteycuenca.com

Adolfo Corujo
Sócio e Chief Strategy and Innovation Officer
acorujo@llorenteycuenca.com

Nazaret Izquierdo
Chief Talent Officer
nizquierdo@llorenteycuenca.com

Cristina Ysasi-Ysasmendi
Diretora Corporativa
cysasi@llorenteycuenca.com

Juan Pablo Ocaña
Diretor de Legal & Compliance
jpocana@llorenteycuenca.com

Daniel Fernández Trejo
Diretor de Tecnologia
dfernandez@llorenteycuenca.com

José Luis Di Girolamo
Sócio e Global Controller
jldgirolamo@llorenteycuenca.com

Antonieta Mendoza de López
Vice-presidente de Advocacy LatAm
amendozalopez@llorenteycuenca.com

ESPANHA E PORTUGAL

Arturo Pinedo
Sócio e Diretor-geral
apinedo@llorenteycuenca.com

Luisa García
Sócia e Diretora-geral
lgarcia@llorenteycuenca.com

Barcelona

María Cura
Sócia e Diretora-geral
mcura@llorenteycuenca.com

Óscar Iniesta
Sócio e Diretor Sénior
oiniesta@llorenteycuenca.com

Muntaner, 240-242, 1º-1ª
08021 Barcelona
Tel. +34 93 217 22 17

Madri

Joan Navarro
Sócio e Vice-presidente
Assuntos Públicos
jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla
Sócio e Diretor Sénior Esporte
e Estratégia de Negócio
amoratalla@llorenteycuenca.com

Iván Pino
Sócio e Diretor Sénior Digital
ipino@llorenteycuenca.com

David G. Natal
Sócio e Diretor Sénior
Consumer Engagement
dgonzalezn@llorenteycuenca.com

Ana Folgueira
Sócia e Diretora Executiva da área
Estúdio Criativo da LLYC
afolgueira@llorenteycuenca.com

Paco Hevia
Diretor Sénior
Comunicaçao Corporativa
phevia@llorenteycuenca.com

Jorge López Zafra
Diretor Sénior
Comunicaçao Financeira
jlopez@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 - planta 3
28001 Madrid
Tel. +34 91 563 77 22

Lisboa

Tiago Vidal
Sócio e Diretor-geral
tvidal@llorenteycuenca.com

Avenida da Liberdade nº225, 5º Esq.
1250-142 Lisboa
Tel. + 351 21 923 97 00

ESTADOS UNIDOS

Erich de la Fuente
Sócio e Chairman
edelafuente@llorenteycuenca.com

Mike Fernandez
CEO
mikefernandez@llorenteycuenca.com

Miami

Emigdio Rojas
Diretor-executivo
erojas@llorenteycuenca.com

Claudia Gioia
SVP Americas,
Business Development
cgioia@llorenteycuenca.com

600 Brickell Avenue
Suite 2020
Miami, FL 33131
Tel. +1 786 590 1000

Nova Iorque

Gerard Guiu
Diretor de Desenvolvimento
de Negócio Internacional
gguiu@llorenteycuenca.com

3 Columbus Circle
9th Floor
New York, NY 10019
United States
Tel. +1 646 805 2000

REGIÃO NORTE

Javier Rosado
Sócio e Diretor-geral Regional
jrosado@llorenteycuenca.com

México

Juan Arteaga
Diretor-geral
jarteaga@llorenteycuenca.com

Rogelio Blanco
Diretor-geral
rblanco@llorenteycuenca.com

Av. Paseo de la Reforma 412
Piso 14. Colonia Juárez
Alcaldía Cuauhtémoc
CP 06600 Ciudad de México
Tel. +52 55 5257 1084

Panamá

Manuel Domínguez
Diretor-geral
mdominguez@llorenteycuenca.com

Sortis Business Tower
piso 9 Calle 57
Obarrio - Panamá
Tel. +507 206 5200

Santo Domingo

Iban Campo
Diretor-geral
icampo@llorenteycuenca.com

Av. Abraham Lincoln 1069
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7
Suite 702
Tel. +1 809 6161975

San José

Pablo Duncan - Linch
Sócio Diretor
CLC Comunicación | Afiliada LLYC
pduncan@clcglobal.cr

Del Banco General
350 metros oeste
Trejos Montealegre,
Escazú, San José
Tel. +506 228 93240

REGIÃO ANDINA

Luis Miguel Peña
Sócio e Diretor-geral Regional
lmpena@llorenteycuenca.com

Bogotá

María Esteve
Sócia e Diretora-geral
mesteve@llorenteycuenca.com

Av. Calle 82 # 9-65 Piso 4
Bogotá D.C. – Colômbia
Tel. +57 1 7438000

Lima

Gonzalo Carranza
Diretor-geral
gcarranza@llorenteycuenca.com

Av. Andrés Reyes 420, piso 7
San Isidro
Tel. +51 1 2229491

Quito

Carlos Llanos
Diretor-geral
cllanos@llorenteycuenca.com

Avda. 12 de Octubre N24-528 y
Cordero – Edificio World Trade
Center – Torre B - piso 11
Tel. +593 2 2565820

REGIÃO SUL

Juan Carlos Gozzer
Sócio e Diretor-geral Regional
jcgozzer@llorenteycuenca.com

São Paulo e Rio de Janeiro

Cleber Martins
Sócio e Diretor-geral
clebermartins@llorenteycuenca.com

Rua Oscar Freire, 379, Cj 111
Cerqueira César SP - 01426-001
Tel. +55 11 3060 3390

Rio de Janeiro

Daniele Lua
Diretora Executiva
dlua@llorenteycuenca.com

Ladeira da Glória, 26
Estúdios 244 e 246 - Glória
Rio de Janeiro - RJ
Tel. +55 21 3797 6400

Buenos Aires

Mariano Vila
Sócio e Diretor-geral
mvila@llorenteycuenca.com

Av. Corrientes 222, piso 8
C1043AAP
Tel. +54 11 5556 0700

Santiago de Chile

Marcos Sepúlveda
Diretor-geral
msepulveda@llorenteycuenca.com

Francisco Aylwin
Presidente
faylwin@llorenteycuenca.com

Magdalena 140, Oficina 1801
Las Condes
Tel. +56 22 207 32 00

IDEAS **LLYC**

EXPLORE. INSPIRE.

IDEAS é o Departamento de Liderança através do Conhecimento da LLYC.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

IDEAS LLYC é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

Porque a realidade não é preta ou branca existe IDEIAS na LLYC.

ideas.llorenteycuenca.com
revista-uno.com.br